

A questão ética nas teorias da linguagem

LUCAS DE JESUS SANTOS

Graduando em Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia.

e-mail: ldjsantos@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende discutir como a questão ética atravessa as teorias sobre a linguagem. Inicia-se por percorrer pontos gerais de uma história da Ética no pensamento ocidental e vale-se do caso da linguística, tomando-a em conjunto com as ciências humanas, para examinar como a questão ética atravessa esse campo epistemológico. Sob o crivo crítico do linguista indiano Kanavillil Rajagopalan, problematiza-se a falta de observância da responsabilidade social das teorias linguísticas, questionando uma suposta neutralidade do fazer teórico. E analisa-se como a Linguística Crítica aparece no pensamento do linguista indiano como uma possibilidade de contraposição à chamada linguística autônoma, de modo a afirmar a responsabilidade e o entrelace dos postulados teóricos com seu contexto sócio-histórico.

Palavras-chave: Ética. Linguagem. Linguística Crítica.

É crescente a preocupação com a dimensão ético-política das teorias científicas. Principalmente a partir do movimento antirracionalista, crítico dos moldes de produção e organização do saber oriundos tanto do racionalismo cartesiano quanto do Iluminismo. Movimento este que ganha força com o decorrer dos anos, e tem seu estopim com o fim da II Guerra Mundial. As palavras de Theodor Adorno traduzem bem o sentimento da época: “É possível fazer poesia após Auschwitz?”.

Como apostar na neutralidade das descobertas científicas? São realmente imparciais as teorias as que fundamentam? Essas perguntas ecoam por entre as linhas deste artigo. Mas, aqui, analisaremos mais especificamente as posições de determinadas teorias linguísticas frente a questões éticas. Quais são as posições que os linguistas assumem, sob a perspectiva da *responsabilidade* de seus postulados?

Para tanto, iniciaremos com considerações sintéticas sobre uma história da ética, tentando atender à necessidade de compreensão de qual foi o modelo metodológico herdado pela linguística, assim como pelas ciências sociais em geral. Utilizarei as propostas do professor linguista Kanavillil Rajagopalan, defensor de uma Linguística Crítica, como exemplo da crescente percepção da *inevitabilidade* das teorias científicas de assumir um lócus político-ideológico.

A partir do instante em que o homem organiza-se socialmente e estabelece laços de convivência, questões automaticamente lhe são impostas: como devo viver? como devo agir? Há uma exigência, portanto, de padrões de conduta, de leis que orientem a vida dos indivíduos. Ao mesmo tempo que regras eram requeridas, era preciso refletir sobre sua condição.

Ética, palavra de origem grega (*ethos*), tem entre suas acepções a reflexão sobre a essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social (HOUAISS, 2001). Também, modo de ser, caráter ou comportamento. Nasce como um ramo da filosofia que pretende discutir sobre questões como as levantadas acima, estabelecer práticas de vida.

Na sociedade clássica grega, a religião, os deuses, os rituais eram marcadamente vinculados à natureza: haveria, portanto, uma lei natural de conduta, a qual o homem utilizaria para realizar-se homem, ou seja, de acordo com *sua* natureza. O Universo seria regido por leis harmoniosas, as quais por si só ofereciam um modelo ético para as ações humanas. Tal paradigma é radicalmente modificado pelos postulados judaico-cristãos, uma vez que seu deus não se identifica com a natureza, mas como força externa, independente, que projetara e organizara a vida no mundo. A ser humano, sob esse paradigma, tem uma alma que será seu veículo de contato com Deus, fazendo da materialidade do mundo natural apenas o cenário de sua trajetória rumo à eternidade (SILVA, 2010).

Desta forma, ocorrerão deslocamentos no modo como o homem se relacionará com a realidade e consigo mesmo. O primeiro modificará o *locus* da felicidade. Será necessário transcender o natural, a matéria, a aparência, para se atingir um ideal, que não mais se identificará com este mundo. O segundo provocará uma desestabilização na relação entre o homem e a natureza, *interiorizando* a base para uma forma de vida eticamente orientada (alma), privilegiando a razão em detrimento de outros elementos inerentes à condição humana, a saber, a afetividade e a vontade, por exemplo. Ocorre uma síntese entre o pensamento grego clássico, aqui representado pela filosofia so-

crático-platônica, e a doutrina cristã, produzindo o conceito de pessoa, determinante para as transformações futuras, e a cisão homem-natureza.

O domínio da razão também provocou mudanças epistemológicas por meio da apropriação da *interioridade* como *subjetividade* pelo racionalismo cartesiano do século XVII. Primeiro ocorre que a razão torna-se a base para o conhecimento e a ação moral. A resolução tanto de questões de ordem moral quanto epistemológica serão guiadas à luz da razão, pressupondo uma imparcialidade e um distanciamento – do afeto, da vontade – da produção de saber. Tal perspectiva logo expôs sua fragilidade: não se pode desvincular a atividade teórica de práticas éticas. A produção de saber não antecede seu uso: toda teoria é, inescapavelmente, orientada eticamente, visão esta que, pretende-se, será demonstrada ao logo do texto.

Em todos esses embates filosóficos está presente uma mesma ideia – vontade –, a saber, a verdade. Luta para estabelecer quem, como e a partir de quê serão emitidos enunciados que pretenderão estabelecer uma verdade sobre a vida e o modo *correto* de vivê-la. Tal intenção não mudou da passagem da síntese epistemológica promovida pela doutrina cristã para o racionalismo cartesiano, progenitor da ciência moderna. Ainda, a noção de racionalidade em Descartes não eliminava uma ligação com o transcendente. Somente com o advir, no século XVIII, do Iluminismo, processo de exaltação da faculdade racional como mecanismo de emancipação do homem para com uma dominação metafísica, no proclamar do *Sapere Aude* de Immanuel Kant (1724-1804) e com a Teoria da Evolução de Charles Darwin (1809-1882) é que o último golpe contra o *Theos* será desferido, dando as condições para um materialismo científico radical. Com uma intensa prática autorreflexiva e um movimento de pôr os postulados teológicos e metafísicos sempre em dúvida, a ciência passa a ganhar o *status* de detentora de um saber que corresponderia à realidade, portando o poder de dizer *a verdade* sobre o universo, a natureza e a humanidade.

Esses ares são respirados no fim do século XIX e início do XX. Coincidentemente ou não, é nessa época que a Linguística começa a ganhar autonomia como ciência, por meio de sua desvinculação da filologia e da compilação e edição póstumas das anotações dos cursos ministrados pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), publicados no livro *Curso de Linguística Geral*. Saussure revoluciona os estudos linguísticos de até então por estabelecer que a língua é um *sistema autônomo abstrato*, tendo regras internas de funcionamento.

O linguista genebrino desvincula a língua de fatores externos, sob a pretensão de realizar uma descrição imparcial dos elementos componentes da estrutura que é a

linguagem. Sob essa visão, será fundada uma nova corrente de pensamento, o Estruturalismo, que influenciará outras grandes áreas do saber, como a Antropologia e a Sociologia, tentando sempre buscar “as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas [leia-se, aqui, também cultura no sentido amplo da palavra] deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história” (SAUSSURE, 2006, p. 13). É por meio também de sua influência capital na fundação do movimento estruturalista que a Linguística ganha estatuto científico. Além disso, a dissociação da língua dos outros aspectos sociais ajudou a singularizar a identidade dos linguistas, dando-lhes lugar no *hall* das ciências.

A busca das ciências humanas por uma autonomia pressupôs, além de outros fatores, a assimilação dos métodos e procedimentos das ciências exatas e biológicas, tidas como ciências na plenitude semântica da palavra. Este modelo influenciou a postura dos linguistas em relação ao modo de fazer teoria, produzindo uma continuidade do modelo positivista, e sobretudo produzindo um distanciamento dos cientistas da linguagem de sua influência e responsabilidade em políticas linguísticas. No entanto, é preciso ainda observar uma nuance: há indicações de que ao surgimento das ciências humanas se adicionou uma questão de suma importância, indicada por um filósofo francês.

Segundo Foucault (2007), as ciências humanas nasceram de uma exigência, de um obstáculo de ordem teórica ou prática. Mas, fundamentalmente, de um acontecimento na ordem do saber. O homem se coloca no campo de objetivação científica por uma questão ética: o que é necessário pensar e o que se *deve* saber.

Vê-se que as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar (FOUCAULT, 2007, p. 488).

Reconhecimento de que as positivities têm sua pedra de toque no homem, que os saberes são construídos e marcados pela posição tópica, biográfica e sócio-histórica de seus protagonistas. E que, portanto, já manifestam práticas de relação social, perspectivas de juízo de valor, e ações política e eticamente orientadas no cenário social. Contemporaneamente, tal constatação não deve fugir do horizonte das reflexões e práticas dos estudos linguísticos, uma vez que estes estão inevitavelmente imbrica-

dos com a dimensão política da vida dos atores sociais. As ciências humanas são uma espécie de sintoma da inevitabilidade de o homem se fazer questões de aspecto ético, tanto no tocante à produção de saber, quanto nas práticas sociais que este orientará. É pela atenção à *responsabilidade* do fazer prático-teórico que esse artigo se faz.

Kanavillil Rajagopalan (2003), linguista indiano, faz considerações sobre a dimensão ética nos estudos linguísticos, apresentando diversas posturas de linguistas e filósofos, às quais irá contrapor seu pensamento. Começa dando relevo ao seguinte problema: se a língua é vista como um fenômeno *natural*, então torna-se difícil sustentar uma discussão sobre as possíveis questões éticas que dela decorrem. Como exemplo, cita a corrente gerativista, fundada por Noam Chomsky, que postula a língua como fato do mundo natural, tendo sua base biológica. Ora, admitindo-se essa condição, a língua seria dotada de uma inocência pré-social, sendo produto de interações de base orgânica com os percursos contingentes da sociabilidade. O motivo: “existe uma crença, amplamente compartilhada, de que a natureza desconhece qualquer espécie de ética” (p. 15). Seria preciso, portanto, *desnaturalizar* a língua, como objeto de reflexão, para lhe atribuir conotações éticas.

Ainda que se admita a língua como fato natural, o mesmo não se pode dizer sobre a abordagem de seus postulados teóricos. Sendo estes basicamente metalinguagem, ou seja, enunciados linguísticos explicando outros enunciados linguísticos (sua estrutura, morfologia, contextualização etc), então não se pode pressupor gratuitamente que as categorias interpretativas, formuladas pelos linguistas, correspondam à própria forma *natural* da língua. Para Rajagopalan (2003), “o que impede que o teórico da linguagem tenha consciência do lado ético da sua atividade é justamente a tendência a relegar toda a ética à esfera da prática” (p. 21), dissociando, assim, a *produção* de saber de sua *utilização*. Produção *versus* utilização é a lógica adotada por essa forma de pensamento, que não se vê a si próprio como uma *prática*, mas como uma espécie de *pré-ação*, que estaria acima de qualquer consideração ética.

A crítica a essa posição perpassa pela adição de um termo que doravante indicará uma específica postura científica com relação à prática teórica. *Crítica* será a palavra que conferirá ao fazer teórico um lugar de autorreflexão contínuo, de modo a pôr sempre em evidência sua relevância e impacto ético-político na sociedade. O conceito de crítica nas ciências sociais foi estabelecido sob influência da Escola de Frankfurt, assim bem resumido:

“Crítica” [...] denota reflexão sobre um sistema de constrangimento produzido pelo homem: pressões deformadoras às quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, ou a raça humana como um todo, sucumbem em seus processos de formação pessoal.

A abordagem crítica é aplicada [...] a objetos da experiência cuja “objetividade” é posta em questão; a crítica supõe que existe um certo grau de distorção já instalada que se apresenta como realidade. A crítica busca remover esta distorção e assim tornar possível a liberação do que foi distorcido. Por conseguinte, ela implica uma concepção de emancipação (CONNERTON, 1976, p. 18, 20 *apud* FOWLER, 2010).

Um elemento é observado nos respectivos parágrafos: a ocupação principal de uma crítica é com a questão da representação na teoria e na prática. A tese do representacionismo é aqui combatida, uma vez que pressupõe uma correspondência entre o que se diz sobre o objeto e o objeto em si. A própria noção de “em si” – conceito kantiano que indica que as coisas têm uma substancialidade, uma essência (*noumenon*), que seria inalcançável pelo conhecimento humano, apenas podendo este apreender o que o filósofo alemão denominou *phenomenon*, a aparência perceptível pelos sentidos – é questionada por essa abordagem, uma vez que “não existe necessariamente nenhuma realidade verdadeira que pode ser revelada pela prática crítica, existem apenas representações relativamente variadas” (FOWLER, 2010, p. 209).

Sendo assim, desloca-se um suposto lugar de neutralidade de qualquer teoria. Não há lugar fora da linguagem em que os linguistas possam estar para realizar suas descrições aparentemente imparciais e comprometidas com a natureza mesma da língua. Condição para o pensar *sobre* a linguagem, é estar *na* linguagem (RAJAGOPALAN, 2003), o que marca necessariamente a reflexão em seu período sócio-histórico.

É por esse viés que as abordagens críticas da linguagem surgiram no fim da década de 1970 e no início da década de 1980. Norman Fairclough (2001) identifica duas abordagens críticas: primeira na emergência da Linguística Crítica do texto *Linguagem e Controle* de Fowler *et al* (1979) e na Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux (1982), apoiando-se na teoria de ideologia de Althusser.

A Linguística Crítica foi desenvolvida na Universidade de East Anglia por um grupo de estudiosos interessados em romper com os paradigmas da chamada linguística autônoma, como os dualismos “conteúdo” e “forma” e “competência” e “desempenho”. Baseando-se na teoria funcionalista de Michael Halliday (1978, 1985), forjam uma análise interessada em “chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás

das proposições abertas, para examiná-la em particular no contexto das formações sociais” (FOWLER, 2010, p. 208).

É por tomar a Linguística Crítica como válida para uma abordagem que amplia o campo de estudo e apreensão da linguagem que opera a crítica de Rajagopalan, estabelecendo, assim, sua posição. O linguista indiano defende tal disciplina (se é que podemos chamá-la assim) pela recusa dos paradigmas metodológicos tradicionais da linguística que, segundo ele, alijaram-na de seu papel político. Ao postular a língua como um objeto natural, autônomo, como fizeram tanto Saussure quanto Chomsky, os linguistas teriam acabado por afastar a relevância social de seus estudos, deixando de questionar até mesmo as suas próprias bases epistemológicas.

A título de exemplo, a linguística é a única disciplina científica que não se submeteu à virada linguística: “Boa parte da contribuição pós-estruturalista passou despercebida’ pela linguística devido a [seu] quadro conceitual [...] de *ciência*, que vigora até mesmo em subdisciplinas como a sociolinguística e a linguística aplicada [...]” (PENNYCOOK, 2004, p. 42).

É imprescindível para o futuro social dos estudos linguísticos uma maior aproximação com os temas e questões sociais. Conforme Rajagopalan (2003), uma atitude contrária seria ameaçar condenar a linguística à total irrelevância, principalmente pela constante prática de autorreflexão e revisão por que passam disciplinas conexas, como a sociologia. Exercer tal postura, de fato, urge. Para tanto, é vital reconhecer a dimensão ética dos postulados linguísticos, uma vez que estes denunciam os posicionamentos político-ideológicos de seus autores, e continuamente revisar as bases que norteiam a disciplina, afim de atualizá-la frente às questões que surgem na sociedade.

Referências

BORGES NETO, José. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 541 p.

FOWLER, Roger. *Sobre a Lingüística Crítica*. Tubarão: LemD, v. 4, n. esp. p. 207-222, 2004

Disponível em:

<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10%20art%209.pdf>. Acesso em 21/06/2010.

PENNYCOOK, Alastair. Os Limites da Lingüística, in: RAJAGOPALAN, Kanavillil; SILVA, Fábio L. da. (org.). *A Lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 39-43.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. *Ética*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SILVA, Franklin. L. Breve Panorama Histórico da Ética. *Bioética*. Brasília, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em <http://www.portalmedico.org.br/revista/ind1v1.htm>. Acesso em: 20/06/2010.